**EDITAL IFRS Nº 38/2018**

**RESPOSTAS AOS RECURSOS: ADMINISTRAÇÃO: FINANÇAS**

## PROTOCOLO: 386

Inscrição: 40.137087

Data de Envio: 21/08/2018 17:27

Questão: 1

Bibliografia: ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, Cesar Augusto Tiburcio. Administração do capital de giro. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RECURSO:

A questão de número 37, traz como alternativa correta a letra A, de forma que os itens I e III necessitariam estar corretas. No entanto, o item I apresenta problemas:

1. O ponto de equilíbrio é utilizado para determinar o nível de operações necessárias para cobrir a totalidade de custos, considerando custos fixos e variáveis, uma vez que a fórmula para obtenção do ponto de equilíbrio é:

Quantidade Total Produzida e Vendida= ((Custos e Despesas Fixos Totais)/(Preço Unitário-Custos e Despesas Variáveis por Unidade))

 Dessa forma o Ponto de Equilíbrio reflete a quantidade de unidades mínimas que a empresa precisa vender para não obter lucro e nem prejuízo (Assaf Neto, 2012). Nesse sentindo o resultado do ponto de equilíbrio em unidades ou em reais, não reflete o lucro. Para avaliar a lucratividade em diferentes níveis de vendas é necessário efetuar outros cálculos, que não o ponto de equilíbrio.

2. Em relação ao ponto de equilíbrio econômico, o qual considera o lucro mínimo requerido, a questão não deixa claro que está tratando dessa variação do ponto de equilíbrio, e mesmo que fosse, o resultado do cálculo reflete a quantidade de unidades ou valor de venda mínimo expresso em reais, não estando o resultado associado a diferentes níveis de venda.

Portanto, solicito a anulação da questão.

( ) DEFERIDO ( X ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO: Argumentação improcedente para a questão 1, que se refere à legislação.

O argumento é inválido. Consultar a bibligrafia GITMAN (2010, p. 469) onde consta a seguinte afirmação: “Análise do ponto de equilíbrio (breakeven analysis), também conhecida como análise custo-volume-lucro, para determinar o nível de operações necessário para cobrir a totalidade dos custos e para avaliar a lucratividade associada a diferentes níveis de vendas”.

## PROTOCOLO: 258

Inscrição: 40.137816

Data de Envio: 20/08/2018 23:08

Questão: 17

Bibliografia: PORTER, Michael E. Vantagem competitiva: criando e sustentando um desenho superior. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

RECURSO:

Prezada Banca

A questão 17 aborda as estratégias competitivas de Porter.

Cabe destacar ainda que no edital para o cargo "Administração/Finanças" o livro que consta na bibliografia é o PORTER, Michael E. Vantagem competitiva:criando e sustentando um desenho superior. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

No referencial bibliográfico de 1989, PORTER, àquela época cita que as três estratégias genéricas são "liderança em custo, diferenciação e foco".

Após pesquisas consta que em sua publicação posterior em 2004, PORTER, Michael. Estrategia competitiva. Elsevier Brasil, 2004. As definições de estratégia que constam são: liderança no custo total, enfoque e diferenciação.

Nota-se as diferentes nomenclaturas abordadas pelo autor, principalmente a "liderança em custo'' do livro de 1989 e "liderança no custo total" do livro de 2004.

A alternativa dada como correta pela banca foi a alternativa b) "A estratégia de LIDERANÇA NO CUSTO TOTAL exige construção de [...]". Entretanto essa nomenclatura não era utilizada no livro de 1989 citado na referência, e não consta na bibliografia dada pela banca como referência livros posterior onde houve a mudança de nomenclatura.

Tal incoerência gera confusão no candidato que ao fazer-se uso da bibliografia requerida pela banca, entende a questão como errada por não conter o termo adotado no livro de 1989 "LIDERANÇA EM CUSTO". E ao ler um termo diferente entende a questão como incorreta, por diferir do termo usado na bibliografia.

Sendo assim, pede-se respeitosamente para rever a questão, sugerindo para sua anulação.

( ) DEFERIDO ( X ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO: A alternativa B da referida questão retoma as definições de Porter (1989, p 11-14) com relação ao posicionamento estratégico de liderança em custo. Ao partir do conhecimento de base que diferencia liderança em custo das estratégias de diferenciação e enfoque (no custo ou na diferenciação) a questão permite ao candidato validar a alternativa a partir da compreensão das bases da teoria. Ao mesmo tempo, ao longo da obra o autor usa sinônimos para se referir a mesma base, como no capítulo 3, ao qual se refere como “vantagem de custo” (pgs 57-108) ou “custo de maneira integral”. Dessa forma, a alternativa B está em consonância com os pressupostos teóricos, o que a torna válida.

PORTER, Michael E. **Vantagem competitiva**: criando e sustentando um desenho superior. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

## PROTOCOLO: 505

Inscrição: 40.138804

Data de Envio: 21/08/2018 23:23

Questão: 21

Bibliografia: BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira; RANGEL, Armênio de Souza; SANTOS, José Carlos de Souza. 2 Matemática financeira moderna. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

DAL ZOT, W.; CASTRO, M. L. Matemática financeira: fundamentos e aplicações. Porto Alegre: Bookman, 2015.

GIMENES, Cristiano Marchi. Matemática Financeira com HP 12C e Excel: uma bordagem descomplicada. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2009.

HAZZAN, Samuel; POMPEO, José Nicolau. Matemática financeira. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

LAPPONI, Juan Carlos. Matemática financeira. São Paulo: Elsevier, 2006.

RECURSO:

A questão de número 21, traz como alternativa correta a letra E, de forma que esta seria a única alternativa incorreta, no entanto a afirmação da letra C também está incorreta, pelos motivos expostos a seguir.

 No regime de capitalização contínua, os valores monetários fluem continuamente ao longo do tempo segundo a função matemática M=P?e^(i?n) (sendo M o montante, P o valor do capital inicial, i a taxa e n o tempo de investimento), porém, não uniformemente.

Como vemos, trata-se de uma função exponencial cujas variações de M não são constantes ao longo do tempo, logo, não são uniformes. Pois, entende-se por fluir uniformemente como sendo uma variação constante em intervalos de tempos iguais.

Supomos uma aplicação de R$ 1.000,00 à taxa de 10% anuais com capitalização contínua pelos períodos de 1, 2, 3 e 4 anos. Usando a fórmula dada, teremos:

n=1 M\_1=1000?e^(0,10?1)=1.105,17

n=2 M\_2=1000?e^(0,10?2)=1.221,40

n=3 M\_3=1000?e^(0,10?3)=1.349,86

n=4 M\_4=1000?e^(0,10?4)=1.491,82

Assim, temos que nos intervalos de tempo considerados, a variação do montante não é constante ou uniforme:

M\_2-M\_1=116,23

M\_3-M\_2=128,46

M\_4-M\_3=141,96

Poderíamos ainda argumentar que a derivada a função M=P?e^(i?n) em relação a variável n, não é uma função constante. Considerando o exemplo anterior, temos que M=1000e^0,1n , então dM/dn=100e^0,1n. Isso significa que a cada n, teremos uma taxa de variação diferente para M.

Logo, não podemos dizer que os valores fluem contínua e uniformemente. Neste sentido, a questão 21 deve ser anulada.

( X ) DEFERIDO ( ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO: QUESTÃO ANULADA POR RECURSO ANTERIOR.

## PROTOCOLO: 367

Inscrição: 40.138804

Data de Envio: 21/08/2018 16:31

Questão: 21

Bibliografia: GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 12. ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2010.

ROSS, S. A. et al. Fundamentos de administração financeira. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

RECURSO:

Solicito anulação da Questão 21 pois a alternativa indicada como correta, ou seja, apresenta um enunciado falso, nem sempre o é.

A afirmativa não indica se utiliza como base a capitalização simples ou composta, o que induz o candidato ao erro. Utilizando a capitalização composta como base de raciocínio, modificando-se a data focal em um fluxo de caixa, há possibilidade de manter a equivalência dos capitais, desde que mantidas condições semelhantes de intervalo de tempo e taxas de juros.

( X ) DEFERIDO ( ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO: Deferido. De fato o enunciado não foi preciso e pode ter induzido ao erro. Recomenda-se a anulação da questão.

## PROTOCOLO: 394

Inscrição: 40.137087

Data de Envio: 21/08/2018 17:36

Questão: 21

Bibliografia: GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 12. ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2010.

RECURSO:

Solicito anulação da Questão 21 pois a alternativa indicada como correta, ou seja, apresenta um enunciado falso, nem sempre o é.

A afirmativa não indica se utiliza como base a capitalização simples ou composta, o que induz o candidato ao erro. Utilizando a capitalização composta como base de raciocínio, modificando-se a data focal em um fluxo de caixa, há possibilidade de manter a equivalência dos capitais, desde que mantidas condições semelhantes de intervalo de tempo e taxas de juros.

( X ) DEFERIDO ( ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO: QUESTÃO ANULADA POR RECURSO ANTERIOR.

## PROTOCOLO: 498

Inscrição: 40.137087

Data de Envio: 21/08/2018 23:09

Questão: 21

Bibliografia: BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira; RANGEL, Armênio de Souza; SANTOS, José Carlos de Souza. 2 Matemática financeira moderna. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

DAL ZOT, W.; CASTRO, M. L. Matemática financeira: fundamentos e aplicações. Porto Alegre: Bookman, 2015.

GIMENES, Cristiano Marchi. Matemática Financeira com HP 12C e Excel: uma bordagem descomplicada. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2009.

HAZZAN, Samuel; POMPEO, José Nicolau. Matemática financeira. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

LAPPONI, Juan Carlos. Matemática financeira. São Paulo: Elsevier, 2006.

PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira: objetiva e aplicada. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SAMANEZ, Carlos Patricio. Matemática financeira. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática financeira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

RECURSO:

A questão de número 21, traz como alternativa correta a letra E, de forma que esta seria a única alternativa incorreta, no entanto a afirmação da letra C também está incorreta, pelos motivos expostos a seguir.

 No regime de capitalização contínua, os valores monetários fluem continuamente ao longo do tempo segundo a função matemática M=P?e^(i?n) (sendo M o montante, P o valor do capital inicial, i a taxa e n o tempo de investimento), porém, não uniformemente.

Como vemos, trata-se de uma função exponencial cujas variações de M não são constantes ao longo do tempo, logo, não são uniformes. Pois, entende-se por fluir uniformemente como sendo uma variação constante em intervalos de tempos iguais.

Supomos uma aplicação de R$ 1.000,00 à taxa de 10% anuais com capitalização contínua pelos períodos de 1, 2, 3 e 4 anos. Usando a fórmula dada, teremos:

n=1 M\_1=1000?e^(0,10?1)=1.105,17

n=2 M\_2=1000?e^(0,10?2)=1.221,40

n=3 M\_3=1000?e^(0,10?3)=1.349,86

n=4 M\_4=1000?e^(0,10?4)=1.491,82

Assim, temos que nos intervalos de tempo considerados, a variação do montante não é constante ou uniforme:

M\_2-M\_1=116,23

M\_3-M\_2=128,46

M\_4-M\_3=141,96

Poderíamos ainda argumentar que a derivada a função M=P?e^(i?n) em relação a variável n, não é uma função constante. Considerando o exemplo anterior, temos que M=1000e^0,1n , então dM/dn=100e^0,1n. Isso significa que a cada n, teremos uma taxa de variação diferente para M.

Logo, não podemos dizer que os valores fluem contínua e uniformemente. Neste sentido, a questão 21 deve ser anulada.

( X ) DEFERIDO ( ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

QUESTÃO ANULADA POR RECURSO ANTERIOR.

## PROTOCOLO: 228

Inscrição: 40.137413

Data de Envio: 20/08/2018 20:38

Questão: 24

Bibliografia: Investimentos - 10ed.- Editora Bookman. Zvi Bodie, Alex Kane, Alan J. Marcus. 2015

RECURSO:

Prezados (as) senhores (as) da banca,

a questão de número 24 solicita para avaliar 5 afirmativas sobre taxas de juros e avaliação de títulos de dívida, pedindo para marcar a alternativa que contém as CORRETAS.

Porém, a afirmativa V está incorreta. De acordo com um dos Teoremas dos Títulos, o risco de taxa de juros é inversamente proporcional à taxa de cupom (ou em outras palavras, quanto MAIOR o cupom, MENOR o risco).

Podemos confirmar isso na literatura, como no livro 'Investimentos' - 10a edição da editora bookman, autores Zvi Bodie, Alex Kane e Alan J. Marcus.

Pág 454, capítulo de renda fixa, proposição 5: "O risco da taxa de juros está INVERSAMENTE relacionado a taxa de cupom da obrigação". (grifei).

Diante disso, venho respeitosamente solicitar o apreço do recurso e a anulação da questão, uma vez que não há alternativa que apresente como corretas as afirmativas I, III e IV.

Cordialmente subscrevo.

( X ) DEFERIDO ( ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

Apesar do autor do recurso usar referência que não consta na bibliografia de referência da prova, o argumento é válido. Claramente ocorreu um erro na formulação da questão. A afirmativa estava fundamentada em ROSS et al (2013, p. 243) e foi elaborada para ser incorreta, mas as opções foram mal elaboradas. Recomenda-se anular a questão.

## PROTOCOLO: 391

Inscrição: 40.137087

Data de Envio: 21/08/2018 17:34

Questão: 25

Bibliografia: GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 12. ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2010.

RECURSO:

O Gabarito da questão 25 está incorreto. A Quarta afirmativa não é verdadeira conforme indicado no gabarito. A afirmativa diz que ?Debênture subordinada, na hipótese de liquidação da companhia, oferecem preferência de pagamento tão somente sobre o crédito de seus acionistas?.

Segundo Gitman (2010) os direitos de Debêntures Subordinadas não são satisfeitos enquanto os direitos dos credores detentores de determinadas dívidas prioritárias não forem plenamente satisfeitos.

Segundo o autor os detentores de Debêntures Subordinadas possuem direito de um credor geral, mas não tão bom quanto o direito de uma dívida prioritária. Não é possível identificar qual a ordem de prioridade dos ?credores gerais?, apenas que possuem preferência sobre acionistas. A Afirmativa usa o Termo ?tão somente? que induz a interpretação de afirmativa Falsa.

( ) DEFERIDO ( X ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

Indeferido. A referência citada não invalida a questão pois não é preciso. Consultar bibliografia de referência ROSS et al (2013), página 207, onde o autor afirma: “Debênture subordinada: na hipótese de liquidação da companhia, oferecem preferência de pagamento tão somente sobre o crédito de seus acionistas”.

## PROTOCOLO: 368

Inscrição: 40.138804

Data de Envio: 21/08/2018 16:34

Questão: 25

Bibliografia: GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 12. ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2010.

RECURSO:

O Gabarito da questão 25 está incorreto. A Quarta afirmativa não é verdadeira conforme indicado no gabarito. A afirmativa diz que ?Debênture subordinada, na hipótese de liquidação da companhia, oferecem preferência de pagamento tão somente sobre o crédito de seus acionistas?.

Segundo Gitman (2010) os direitos de Debêntures Subordinadas não são satisfeitos enquanto os direitos dos credores detentores de determinadas dívidas prioritárias não forem plenamente satisfeitos.

Segundo o autor os detentores de Debêntures Subordinadas possuem direito de um credor geral, mas não tão bom quanto o direito de uma dívida prioritária. Não é possível identificar qual a ordem de prioridade dos ?credores gerais?, apenas que possuem preferência sobre acionistas. A Afirmativa usa o Termo ?tão somente? que induz a interpretação de afirmativa Falsa.

( ) DEFERIDO ( X ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

Indeferido. Consultar bibliografia de referência ROSS et al (2013), página 207, onde o autor afirma: “Debênture subordinada: na hipótese de liquidação da companhia, oferecem preferência de pagamento tão somente sobre o crédito de seus acionistas”.

## PROTOCOLO: 253

Inscrição: 40.139733

Data de Envio: 20/08/2018 22:44

Questão: 27

Bibliografia: Princípios de Administração Financeira. Lawrence J. Gitman. 12ª edição. São Paulo. 2010. Páginas 547 e 548.

RECURSO:

O enunciado da questão e os dados disponibilizados na tabela NÃO permitem identificar se os valores das vendas se referem a produtos da empresa ou venda de bens de ativo permanente, o que muda completamente a interpretação da afirmativa I. Se for vendas de produtos fabricados pela empresa existe sim uma piora gradual na situação financeira da empresa devido à redução relativa do volume de CCL. Contudo, se a venda fosse de bem de ativo permanente denota-se pelos outros dados disponíveis que há piora gradual na situação financeira da empresa, ENTRETANTO NÃO PELA REDUÇÃO RELATIVA DO VOLUME DE CCL. Diante disso, a afirmativa I compromete a exatidão da questão.

Na análise do CCL e do Capital de giro as contas precisam estar muito bem caracterizadas se pertencem ao ativo e passivo circulante porque se pertencem a outro grupo interferem substancialmente no resultado e análise financeira da empresa.

Diante deste recurso, peço respeitosamente que a questão seja anulada.

( ) DEFERIDO ( X ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

Não há comprometimento da interpretação geral da questão. Consultar referência bibliográfia da questão (ASSAF NETO e SILVA, 2012), página 82, onde a situação problema semelhante apresenta as referidas conclusões.

## PROTOCOLO: 359

Inscrição: 40.137618

Data de Envio: 21/08/2018 16:14

Questão: 27

Bibliografia: ASSAF NETO, A.; Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro. 11a. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Os conceitos e lógicas que embasaram a argumentação do recurso foram embasados nos conceitos apresentados em Assaf Neto (2015).

RECURSO:

Questão 27

A questão apresenta um problema na redação da Afirmativa I, em que é empregado o termo RELATIVA para embasar a causa da situação empresarial enfrenta pela empresa; porém, não é especificado em relação AO QUE é feita a relativização, sendo que tal informação é fundamental para o completo entendimento da questão e, consequentemente, sua correta resolução.

Especificamente, a Afirmativa I declara que houve uma piora na situação financeira da empresa e atribui este efeito à redução RELATIVA do volume do CCL. Tal afirmativa não apresenta precisão na relativização realizada para se chegar à conclusão feita. Desta forma, o respondente é obrigado a especular se a relativização enunciada é em relação ao volume de vendas ou se é em relação ao NIG. No primeiro caso, a Afirmação I seria considerada falsa, dado que a redução do CCL em relação ao aumento das vendas, ceteris paribus, não indica necessariamente piora na situação financeira da empresa. Na segunda perspectiva de relativização, a Afirmativa I seria considerada verdadeira, já que o aumento não proporcional do CCL em relação ao NIG é causa de uma piora na situação financeira.

Constata-se, portanto, que o uso do termo redução RELATIVA prejudica a interpretação objetiva do respondente em relação ao conteúdo da questão, forçando-o a especular sobre qual variável financeira apresentada no enunciado da questão a conclusão é feita. Desta forma, a redação da questão contribui para induzir o candidato ao erro. Portanto, solicito que a questão 27 seja anulada.

( ) DEFERIDO ( X ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

Não há comprometimento da interpretação geral da questão. Consultar referência bibliográfia da questão (ASSAF NETO e SILVA, 2012), página 82, onde a situação problema semelhante apresenta as referidas conclusões. Além do mais, o argumento é duplamente válido pois a vendas e NIG apresentam a mesma taxa de evolução.

## PROTOCOLO: 356

Inscrição: 40.137618

Data de Envio: 21/08/2018 16:06

Questão: 28

Bibliografia: ASSAF NETO, A; Matemática Financeira e Suas Aplicações. 13a ed. São Paulo: Atlas, 2016.

A aplicação dos conceitos de matemática financeira e valor presente se basearam nos conceitos apresentados em Assaf Neto (2016).

RECURSO:

Questão 28

Os valores apresentados como alternativa de resposta para a questão não correspondem ao correto valor a ser obtido com a aplicação dos dados contidos no enunciado da questão. Portanto, a questão deve ser anulada. Abaixo é demonstrada a resolução da questão conforme a aplicação dos dados apresentados no enunciado da questão.

O enunciado da questão relata que ATUALMENTE a empresa vende $ 10.000 a prazo (30 dias). Há uma perda de 1% de provisão para devedores duvidosos. E a taxa de juros praticada no mercado (valor do dinheiro no tempo) é de 10%. Com estes dados, constata-se que o valor presente das vendas mensais da empresa é de $ 9.000.

9.000 = Valor presente de (vendas a prazo ? perda com devedores duvidosos)

9.000 = (10.000 ? 100) / 1,1

Complementarmente, o enunciado afirma que a empresa poderá passar a conceder um desconto de 10% nas vendas (observação 1: o enunciado não especifica se o desconto será aplicado a todos os tipos de vendas ou a uma modalidade específica de vendas; portanto, deduz-se que o desconto será aplicado para todas as vendas da empresa). Se ela adotar a política de vendas com descontos, o montante das novas vendas será $ 12.000, compostas por $ 9.600 a vista (80% de $ 12.000) e $ 2400 a prazo (20% de $ 12.000). Considerando que a empresa tem uma perda estimada de 1% sobre as vendas a prazo (já que nas vendas a vista não há risco de inadimplência), tem-se que $ 24 das vendas a prazo não serão recebidas. Portanto, o valor líquido a receber nas vendas a prazo é de $ 2.376. Desta forma, considerando que a taxa de juros é de 10%, o valor presente das vendas líquidas a prazo é de $ 2.160 (observação 2: o enunciado da questão é omisso em relação ao prazo das novas vendas a prazo; portanto, deduz que ele se manterá igual à política de vendas anterior). Portanto, o valor presente da política de se conceder desconto nas vendas é de $ 11.760.

Demonstração dos cálculos:

Total de vendas na nova modalidade: $ 12.000

Venda a vista: $ 9.600 (80% \* 12.000)

Vendas a prazo: $ 2.400 (20% \* 12.000)

Provisão para perdas com devedores duvidosos: $ 24 (1% \* 2.400)

Total líquido a receber a prazo: $ 2.376 (2.400 ? 24)

Valor presente do total líquido a receber a prazo: $ 2.160 (2.376 / 1,1)

Valor presente da nova política de vendas: $ 11.760 (9.600 + 2.160)

Ao se comparar o valor presente das duas políticas de vendas, tem que a política de vendas com concessão de desconto apresenta um acréscimo de valor presente no total de $ 2.760 (11.760-9.000) em relação à política de vendas anterior, devendo ser aceita a nova política de vendas.

Desta forma, constata-se que nenhuma das alternativas apresentadas na questão contém o valor correto do ganho adicional, medido a valor presente, trazido pela política de vendas com desconto em relação às vendas sem desconto. Portanto, solicito a anulação da questão 28.

( X ) DEFERIDO ( ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

O recurso não apresenta resolução adequada. O autor deveria ter considerado

FUNDAMENTAÇÃO:

QUESTÃO ANULADA POR RECURSO ANTERIOR.

## PROTOCOLO: 389

Inscrição: 40.137087

Data de Envio: 21/08/2018 17:32

Questão: 28

Bibliografia: GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 12. ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2010.

RECURSO:

A questão de número 28, traz como alternativa correta a letra C, de forma a ser necessário um valor de investimento inicial de R$ 2.235,43. Contudo, a questão está mal formulada, não apresentando as informações necessárias para a realização do cálculo, a exemplo de: (1) a primeira frase do enunciado fala ?Admita uma empresa que tenha vendas R$ 10.000/mês com um prazo de recebimento de 30 dias e está estudando a concessão de um desconto de 10%? de forma que não fica claro como se dará esse desconto, se ocorrerá sobre o montante de venda, ou se apenas sobre as vendas realizadas à vista; (2) a terceira frase do enunciado fala ?A provisão de devedores duvidosos é de 1% e a taxa de juros é de 10% a. m.?, suponho que esses 10% de juros seja em relação a cobrança do prazo concedido ao cliente, de forme que incide sobre o montante de vendas a prazo, mas isso não está claro na no enunciado; e (3) a quinta frase do enunciado pede para calcular o resultado em valor presente, mas não informa qual a taxa de desconto (custo de capital) da empresa em questão. Portanto, solicito a anulação da questão, uma vez que a questão não está clara em relação a apresentação das informações necessárias para cálculo, bem como não apresenta informações suficientes.

( X ) DEFERIDO ( ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

Deferido porque há concordância de que a questão deixou margem para erro de interpretação no uso dos dados levando a mais de uma possibilidade de solução. Portanto, recomenda-se a anulação da questão.

## PROTOCOLO: 390

Inscrição: 40.137087

Data de Envio: 21/08/2018 17:34

Questão: 28

Bibliografia: ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, Cesar Augusto Tiburcio. Administração do capital de giro. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 12. ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2010.

RECURSO:

A questão de número 28, traz como alternativa correta a letra C, de forma a ser necessário um valor de investimento inicial de R$ 2.235,43. Contudo, a questão está mal formulada, não apresentando as informações necessárias para a realização do cálculo, a exemplo de: (1) a primeira frase do enunciado fala ?Admita uma empresa que tenha vendas R$ 10.000/mês com um prazo de recebimento de 30 dias e está estudando a concessão de um desconto de 10%? de forma que não fica claro como se dará esse desconto, se ocorrerá sobre o montante de venda, ou se apenas sobre as vendas realizadas à vista; (2) a terceira frase do enunciado fala ?A provisão de devedores duvidosos é de 1% e a taxa de juros é de 10% a. m.?, suponho que esses 10% de juros seja em relação a cobrança do prazo concedido ao cliente, de forme que incide sobre o montante de vendas a prazo, mas isso não está claro na no enunciado; (3) a quinta frase do enunciado pede para calcular o resultado em valor presente, mas não informa qual a taxa de desconto (custo de capital) da empresa em questão; e (4) o custo de capital da empresa é indispensável para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa, não sendo o ideal trabalhar com as taxas de desconto concedido ao cliente e nem a taxa de juros, a qual suponho que seja em relação às vendas a prazo, mesmo assim, na utilização desta informação, não há alternativa válida para o resultado do cálculo.

Cálculos:

1) Considerando que o desconto seja concedido somente para as vendas à vista:

Situação A

Valor de Venda R$ 10.000,00

Condição de venda 100% com prazo de 30 dias

Valor de venda a prazo R$ 10.000,00

Valor Presente do Fluxo de caixa período t1 = (10.000/(1,10)) R$ 9.090,91

Situação B

Valor de Venda R$ 12.000,00

Condição de venda 80% a vista; e 20% a prazo de 30 dias

Valor de Venda a vista R$ 9.600,00

Valor de Venda a prazo R$ 2.400,00

Entradas de caixa venda à vista

Valor de Venda a vista R$ 9.600,00

Desconto de 10% sobre as vendas a vista (9.600 - 10 %) R$ 960,00

Valor de entrada de caixa das vendas a vista R$ 8.640,00

Entradas de caixa venda à prazo

Valor de Venda a prazo R$ 2.400,00

Provisão de devedores duvidosos 1% (2.400\*1%) R$ 24,00

Juros sobre as vendas a prazo 10% ((2.400-24)\*10%) R$ 237,60

Valor de entrada de caixa no mês t1 referente as vendas à prazo R$ 2.613,60

Valor Presente do Fluxo de caixa período t1 = (2.613,6/(1,10)) R$ 2.376,00

VP das entradas de caixa da situação B

Valor de venda a vista com desconto na data t0 R$ 8.640,00

VP do Valor de venda a prazo descontado os duvidosos e acrescidos os juros na data t1 R$ 2.376,00

Fluxo de caixa total a Valor Presente R$ 11.016,00

Análise da viabilidade de adoção da Situação B

Situação B R$ 11.016,00

Situação A R$ 9.090,91

Fluxo de caixa adicional obtido pela concessão do desconto R$ 1.925,09

2)Considerando que o desconto seja concedido ao total de vendas:

Situação A

Valor de Venda R$ 10.000,00

Condição de venda 100% com prazo de 30 dias

Valor de venda a prazo R$ 10.000,00

Valor Presente do Fluxo de caixa período t1 = (10.000/(1,10)) R$ 9.090,91

Situação B

Valor de Venda R$ 12.000,00

Condição de venda 80% a vista; e 20% a prazo de 30 dias

Valor de Venda a vista R$ 9.600,00

Valor de Venda a prazo R$ 2.400,00

Valores de venda com os descontos

Valor de Venda a vista R$ 9.600,00

Desconto de 10% sobre as vendas a vista (9.600 - 10 %) R$ 960,00

Valor de entrada de caixa das vendas a vista R$ 8.640,00

Valor de venda a prazo R$ 2.400,00

Desconto de 10% sobre as vendas a prazo (2.400 - 10 %) R$ 240,00

Valor de entrada de caixa das vendas a prazo R$ 2.160,00

Entradas de caixa venda à prazo

Valor de Venda a prazo R$ 2.160,00

Provisão de devedores duvidosos 1% (2.160\*1%) R$ 21,60

Juros sobre as vendas a prazo 10% ((2.160-21,6)\*10%) R$ 213,84

Valor de entrada de caixa no mês t1 referente as vendas à prazo R$ 2.352,24

Valor Presente do Fluxo de caixa período t1 = (2.352,24/(1,10)) R$ 2.138,40

VP das entradas de caixa da situação B

Valor de venda a vista com desconto na data t0 R$ 8.640,00

VP do Valor de venda a prazo descontado os duvidosos e acrescidos os juros na data t1 R$ 2.138,40

Fluxo de caixa total a Valor Presente R$ 10.778,40

Análise da viabilidade de adoção da Situação B

Situação B R$ 10.778,40

Situação A R$ 9.600,00

Fluxo de caixa adicional obtido pela concessão do desconto R$ 1.178,40

Portanto, solicito a anulação da questão, uma vez que a questão não está clara em relação a apresentação das informações necessárias para cálculo, bem como não apresenta informações suficientes, e não há alternativa válida.

( X ) DEFERIDO ( ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

QUESTÃO ANULADA POR RECURSO ANTERIOR.

## PROTOCOLO: 398

Inscrição: 40.138804

Data de Envio: 21/08/2018 17:41

Questão: 28

Bibliografia: GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 12. ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2010.

RECURSO:

A questão de número 28, traz como alternativa correta a letra C, de forma a ser necessário um valor de investimento inicial de R$ 2.235,43. Contudo, a questão não apresenta alternativa com a resposta correta.

A Questão solicita a comparação do Valor Presente dos Fluxos de Caixa ( VP) das duas situações apresentadas.

A primeira frase do enunciado fala ?Admita uma empresa que tenha vendas R$ 10.000/mês com um prazo de recebimento de 30 dias. Considerando a Taxa de juros apresentada na questão (10%), o VP = R$ 9.000,00.

Situação B: a empresa " está estudando a concessão de um desconto de 10%? (não fica claro como se dará esse desconto, se ocorrerá sobre o montante de venda, ou se apenas sobre as vendas realizadas à vista). Considerando Vendas = 12.000,00, o Valor Líquido após o desconto será de R$ 10.800,00.

80 % a vista = R$ 8.640,00

20% a prazo ( 30 Dias) = 2.160,00

Previsão para devedores duvidosos = R$ 21,60.

Descapitalização dos R$ 2.160,00 a Valor Presente considerando uma taxa de 10% = 1.944,00.

VP de B = 8.640,00 + 1.944,00 - 21,60 = 10.562,40

O Projeto B apresenta maior VP, logo deve ser aprovado, porém a diferença de ambos será de 10.562,40 - 9.000,00 = 1.562,40 que não está apresentada em nenhumas alternativas.

( ) DEFERIDO ( ) INDEFERIDO ( x ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

QUESTÃO ANULADA POR RECURSO ANTERIOR.

## PROTOCOLO: 344

Inscrição: 40.137413

Data de Envio: 21/08/2018 15:28

Questão: 28

Bibliografia: MATEMÁTICA FINANCEIRA - 3a Edição. Wili Dal Zot. Editora da Universidade. 1996

RECURSO:

Prezados (as) sehores (as) da banca,

a questão de número 28 narra a situação de uma empresa que vendia 10 mil reais por mês, com prazo de recebimento de 30 dias e pretende fazer uma promoção com 10% de desconto, situação na qual estima que passará a vender 12 mil por mês, dos quais 80% a vista.

Considerando taxa de juros de 10% ao mês e provisão para devedores duvidosos (que chamarei nesse recurso de 'PDD'), é solicitado o valor presente da possível alteração.

Conforme Dal Zot (1996), para trazermos o valor atual a valor presente, dividimos os 10.000 por 1,1. Encontra-se 9.090,91. Retirando o 1% de PDD, temos o valor atual de R$ 9.000

A situação prevista de aumento de vendas. Irei considerar algumas hipóteses, tendo em vista o enunciado não deixar claro se os 12.000 já contemplam o desconto ou não.

1a hipótese: os 12.000 já contemplam o desconto dado. Logo, 80% das vendas se dá a vista (= 9.600) e 20% a prazo (2.400); trazendo a valor presente pelo mesmo método descrito acima, temos 2.181,82 . Retirando o 1% da PDD, chegamos a 2.160. (Pode ser válido, por se tratar de um recurso, frisar que não faz diferença entre trazer a valor presente e depois descontar o PDD ou descontar o PDD do valor futuro e então trazê-lo a valor atual; é simples demonstrar matematicamente que é indiferente a ordem nesse caso). Somando os 9.600 com 2.160 chega-se a 11.760. Se descontarmos os 9.000 do valor presenta da situação atual, encontramos 2.760 (valor que deve ser aceito o projeto) e que não se encontra entre as alternativas disponíveis.

2a hipótese: os 12.000 são 'brutos', ou seja, deve-se aplicar os 10% de desconto da promoção sobre esse valor. Nesse caso, chegamos a um valor de vendas líquido de 10.800 . Destes, 80% a vista correspondem a 8.640 e os 20% a prazo 2.160. Trazendo o valor a prazo para valor atual, chegamos a 1.963,64 . Descontando a PDD, 1.944 que somados aos 8.640 das vendas a vista resultam em 10.584. Ao subtrair 9.000 da situação atual chega-se a 1.584, valor que também não se encontra entre as alternativas.

Tendo em vista que entre as alternativas não há valor que se encaixe em nenhuma das interpretações do enunciado, respeitosamente solicito que seja anulada a questão.

Cordialmente,

Klaus Nery Teixeira

( X ) DEFERIDO ( ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO: QUESTÃO ANULADA POR RECURSO ANTERIOR.

## PROTOCOLO: 388

Inscrição: 40.137087

Data de Envio: 21/08/2018 17:31

Questão: 35

Bibliografia: ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, Cesar Augusto Tiburcio. Administração do capital de giro. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 12. ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2010.

RECURSO:

A questão de número 35, traz como alternativa correta a letra B, de forma a ser necessário um valor de investimento inicial de R$ 123.100. No entanto, o enunciado expressa que o valor de aquisição do equipamento novo é de R$ 150.000, havendo necessidade de instalação com custo adicional de R$ 10.000, de forma que o custo de aquisição da máquina é de R$ 160.000; e no enunciado ainda, é destacado, que a empresa estima as seguintes variações nos seus ativos e passivos circulantes decorrentes da substituição do equipamento, sendo de + R$ 5.000,00 nas contas a receber, - R$ 1.500,00 nos estoques, + R$ 10.000,00 nos fornecedores e + R$ 1.000,00 nas contas a pagar. Logo, o próprio enunciado conduz ao entendimento de que os + R$ 10.000 de fornecedores diz respeito aos mesmos R$ 10.000,00 referente ao custo de instalação que se obteve com o fornecedor do equipamento, devindo o enunciado descrever ?a empresa estima as seguintes variações nos seus ativos e passivos circulantes decorrentes da substituição do equipamento? e o valor ser de R$ 10.000,00 nas duas partes do enunciado. Logo, calcula-se:

Equipamento novo R$ 150.000,00

Custo de Instalação R$ 10.000,00

Custo total de aquisição R$ 160.000,00

Venda de Maquinário Antigo -R$ 30.000,00

Tributo sobre ganho de capital R$ 600,00

Investimentos Adicionais em contas a receber R$ 5.000,00

Desinvestimentos em estoques -R$ 1.500,00

Investimento em caixa para contas a pagar -R$ 1.000,00

Investimentos inicial necessário R$ 133.100,00

Custo do equipamento antigo R$ 70.000,00

Depreciação (70.000/10) R$ 7.000,00

Anos de utilização 6

Valor depreciado (7.000\*6) R$ 42.000,00

(=) Valor atual do equipamento R$ 28.000,00

Valor de Venda do equipamento antigo R$ 30.000,00

Valor atual do equipamento R$ 28.000,00

Ganho de Capital (30.000 - 28.000) R$ 2.000,00

Alíquota tributável 30% 30%

Tributo sobre ganho de capital R$ 600,00

 O valor de investimento inicial deve ser de R$ 133.100,00, de modo que não há alternativa condizente ao resultado do exercício. Portanto, solicito a anulação da questão.

( ) DEFERIDO ( X ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

O autor do recurso não considerou adequadamente as variações das contas cíclicas, em especial a variação da conta fornecedores. Consultar GITMAN (2010), p. 334-338.

## PROTOCOLO: 523

Inscrição: 40.137955

Data de Envio: 21/08/2018 23:58

Questão: 35

Bibliografia: GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 12. ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2010.

RECURSO:

Gitman (2010, p. 334) emprega o termo 'investimento inicial' como referência às saídas de caixa relevantes a serem consideradas na avaliação de um possível investimento de capital. De acordo com o autor, calculamos o investimento inicial subtraindo todas as entradas de caixa de todas as saídas que ocorrem na data zero.

 Ocorre que, no caso da questão em comento, a variação do capital de giro líquido é atipicamente negativa, isto é, o passivo circulante (fornecedores + contas a pagar) supera o ativo circulante (contas a receber + estoques), causando uma diminuição de $7.500 no CGL ($3.500 - $11.000). Desta feita, segundo Gitman (2010, p. 335), seja a variação do capital de giro líquido negativa, ela deverá ser mostrada como uma entrada inicial.

 Assim, com os dados fornecidos no enunciado (valor contábil do equipamento antigo de $28.000, ganho de $2.000 e imposto de $600 sobre o ganho), temos que o 'Investimento Inicial' = 'Saídas' - 'Entradas' = (150.000 + 10.000) - [(30.000 - 600) - 7.500] = 160.000 - (29.400 - 7.500) = 160.000 - 21.900 = $138.100.

 O referido valor não é apresentado como possibilidade de resposta à Questão 35. Do exposto, sugere-se sua anulação.

( ) DEFERIDO ( X ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

O autor do recurso não considerou adequadamente as variações das contas cíclicas. Os 7500 deveriam somar aos (30000-600). Consultar GITMAN (2010), p. 334-338.

## PROTOCOLO: 244

Inscrição: 40.137816

Data de Envio: 20/08/2018 22:07

Questão: 36

Bibliografia: BRIGHAM, Eugene F; WESTON, J. Fred. Fundamentos da administração financeira. 10. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2004.

FERREIRA, Ricardo J. Contabilidade de Custos. 3. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2004.

GITMAN, L. Princípios de Administração Financeira, 10. ed. Pearson, 2003.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de balanços. São Paulo: Atlas, 2009.

PUCCINI, A. Matemática financeira objetiva e aplicada. 9. ed. São Paulo: Elsevier, 2011.

RECURSO:

Prezados

A referida questão discorre em seu item V que "A aplicação do EVA "EXIGE'' uso do custo médio ponderado de capital''. Ao descrever a palavra "exige'' entende-se que não há nenhuma outra forma de se calcular o EVA sem incluir em sua fórmula o custo médio ponderado de capital.

Ocorre que dentre as possibilidade de calcular a fórmula do EVA está a seguinte ''EVA= Lucro Operacional após o Imposto de Renda - (Capital Investido x Custo de Oportunidade)''.

Sendo que esta forma de se calcular o EVA não exige explicitamente a inclusão do custo médio de capital, decorre em falso a afirmativa, uma vez que NÃO se exige o custo médio ponderado de capital para identificar o EVA, embora existam fórmulas para se calcular o EVA em que possam ser utilizadas o custo médio ponderado de capital. Diferentemente se a questão tivesse abordado da seguinte forma "A plicação do EVA "pode ser" calculada com o uso do custo médio ponderado de capital.

Dessa forma e considerando o exposto, venho respeitosamente por meio dessa argumentação solicitar a anulação da questão, uma vez que o item "V" constando como falso não apresenta alternativas possíveis corretas dentre as alternativas da questão.

( ) DEFERIDO ( X ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

Argumento inválido. Consultar bibliografia de referência GITMAN (2010, p.446), onde o autor afirma que “Aplicar o EVA exige uso do custo médio ponderado de capital (CMPC).”

## PROTOCOLO: 350

Inscrição: 40.137618

Data de Envio: 21/08/2018 15:52

Questão: 36

Bibliografia: ASSAF NETO, A.; Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro. 11a. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Assaf Neto (2015, p. 282) apresenta outras duas possibilidades para o cálculo do EVA® com o uso do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) e com o uso apenas com o custo de capital próprio (ke). Tais demonstrações constam nos dois últimos parágrafos da página 282 em "CÁLCULO DO EVA PELO LL" e "CÁLCULO DO EVA PELO NOPAT".

RECURSO:

Questão 36

Prezada Comissão do Concurso IFRS n. 38/2018,

solicito anulação da questão 36 pelo fato de nenhuma das alternativas apresentadas ser totalmente correta, considerando as afirmações apresentadas no comando da questão. Especificamente, o erro da questão está na Afirmativa V, a qual foi considerada certa no gabarito provisório, porém é falsa. Esta afirmativa é falsa, pois o cálculo do EVA® pode ser realizado tanto com o uso do custo médio ponderado de capital (CMPC) quanto pelo uso exclusivo do custo de capital próprio (Ke), a partir da Demonstração do Resultado (DRE). Portanto, a Afirmativa V se torna falsa, pois o EVA® PODE ser calculado com o uso do CMPC, ao invés de EXIGIR o uso do CMPC.

Como não existe alternativa que aponte as afirmações I, III e IV como únicas verdadeiras, a questão fica sem resposta correta no caderno de provas, devendo ser anulada.

O exemplo apresentado abaixo demonstra que o EVA® PODE ser calculado com e sem o uso do CMPC (demonstrando que o uso do CMPC é FACULTATIVO para o cálculo do EVA®):

Exemplo ilustrativo (supondo ausência de tributação sobre o lucro, para simplificar os cálculos):

Investimento: 100.000

Financiamento com capital de terceiros: 50.000

Financiamento com capital próprio: 50.000

Custo da dívida (ki): 10%

Custo de capital próprio (ke): 20%

Demonstração do Resultado (DRE)

Receitas 300.000

(-) Custo das mercadorias vendidas (200.000)

= Lucro Bruto 100.000

(-) Despesas, exceto as financeiras (20.000)

= Lucro Operacional Antes das Despesas Financeiras e IR (EBIT) 80.000

(-) Despesas financeiras (juros da dívida) (5.000)

(=) Lucro Antes do Imposto de Renda (LAIR ou EBT) 75.000

Situação A ? cálculo do EVA® sem uso do CMPC

Lucro Antes do Imposto de Renda (LAIR): 75.000

Custo de capital próprio: 20% x 50.000

Custo de capital próprio: 10.000

EVA® = Lucro Antes do Imposto de Renda (LAIR ou EBT) ? Custo de capital próprio

EVA® = 75.000 ? 10.000

EVA® = 65.000

Situação B ? cálculo do EVA® com o uso do CMPC

Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC): custo da dívida \* endividamento + custo de capital próprio \* financiamento por capital próprio

CMPC = 10% \* 50% + 20% \* 50%

CMPC = 15%

ROI = Lucro Operacional Antes das Despesas Financeiras e IR (EBIT) / Investimento

ROI = 80.000 / 100.000

ROI = 80%

EVA® = (ROI ? CMPC) \* Investimento

EVA® = (80% - 15%) \* 100.000

EVA® = 75% \* 100.000

EVA® = 75.000

Caso houvesse variação na estrutura de capital, tais métodos continuariam válidos, reforçando o caráter facultativo do uso do CMPC para se calcular o EVA®. Supondo que a empresa fosse financiada somente com capital próprio (portanto, não o LAIR aumentaria em 5.000 devido a não existir mais a despesa com juros), o que implica em Ke ser igual ao CMPC, continuaríamos podendo calcular o EVA com e sem o uso do CMPC:

EVA (sem CMPC): LAIR ? custo de capital próprio

EVA (sem CMPC): 80.000 ? 20.000 (20% de Ke \* 100000 de investimento)

EVA (sem CMPC) = 60.000

EVA (com o CMPC) = (ROI ? CMPC) \* Investimento

EVA (com o CMPC) = (80% - 20%) \* 100.000

EVA (com o CMPC) = 60% \* 100.000

EVA (com o CMPC) = 60.000

Observação: os dois métodos continuam válidos para situações em que há tributação sobre o lucro e em situações de prejuízo no resultado líquido. Para tanto, basta ajustar tanto o custo da dívida quanto o LAIR pelo benefício fiscal da dívida.

( ) DEFERIDO ( X ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

Argumento inválido. Consultar bibliografia de referência GITMAN (2010, p.446), onde o autor afirma que “Aplicar o EVA exige uso do custo médio ponderado de capital (CMPC).”.

## PROTOCOLO: 219

Inscrição: 40.138811

Data de Envio: 20/08/2018 19:43

Questão: 36

Bibliografia: ROSS, S. A. et al. Fundamentos de administração financeira. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. 808p.

RECURSO:

Por meio deste recurso, peço que anulem a questão ou alterem o gabarito de C para D. O gabarito preliminar considera que não está correto o item III dessa questão, em que se afirma: ?o CAPM é mais facilmente ajustado aos custos de lançamento do que o modelo de avaliação com crescimento constante para encontrar o custo de capital próprio?. Contudo, isso é verdadeiro, pois o modelo de crescimento constante não se ajusta aos casos em que as empresas não pagam dividendos. Também, eles tornam a estimativa do retorno sobre capital próprio muito sensível à taxa de crescimento, para a qual nem sempre se verifica a suposta constância. Isso é explicado por Stephen Ross e seus coautores no livro ?Fundamentos de Administração Financeira?, indicado na bibliografia do concurso. Nas palavras dos autores:

Em primeiro lugar, e mais óbvio, o modelo de crescimento de dividendos se aplica apenas a empresas que pagam dividendos. Isso quer dizer que a abordagem é inútil em muitos casos. Além disso, mesmo no caso de empresas que pagam dividendos, o principal pressuposto é de que os dividendos aumentam a uma taxa constante. Como ilustra nosso exemplo anterior, o crescimento nunca ocorrerá exatamente dessa forma. De modo mais geral, o modelo apenas se aplica de fato aos casos em que é provável a ocorrência de um crescimento razoavelmente constante.

Um segundo problema é que o custo estimado do capital próprio é muito sensível à taxa de crescimento estimada. Para uma determinada ação, uma variação positiva de g de apenas um ponto percentual, por exemplo, aumenta o custo estimado do capital próprio em, pelo menos, um ponto percentual. Como D1 provavelmente terá também uma variação positiva, o aumento, na verdade, será um pouco maior que isso.

Por último, esta abordagem não considera o risco explicitamente. Ao contrário da abordagem da LMT (que veremos a seguir), não há um ajuste em relação ao risco do investimento. Por exemplo, não há uma provisão para o grau de certeza ou incerteza em torno da taxa de crescimento estimada para os dividendos. Assim, é difícil dizer se o retorno estimado é ou não proporcional ao nível de risco (Ross et al, 2013, p.463).

Assim, estaria certa a alternativa D, segundo a qual ?Apenas I, III, IV e V? estão corretos.

( ) DEFERIDO ( X ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

GITMAN (2010) apresenta de forma mais explícita e contundente o racional que surporta a afirmativa na página 442 de seu livro, onde afirma o seguinte: “(...)quando usamos o modelo de avaliação com crescimento constante para encontrar o custo do capital próprio, ele pode ser facilmente ajustado aos custos de lançamento para se chegar ao custo de novas ações ordinárias; já o CAPM não permite um mecanismo simples de ajuste. A dificuldade em ajustar o custo do capital próprio calculado pelo CAPM deve-se ao fato de que o modelo, em sua forma usual, não inclui o preço de mercado, uma variável necessária para que se faça o ajuste. Embora as bases teóricas do CAPM sejam mais sólidas, o apelo prático do modelo tradicional de avaliação com crescimento constante justifica seu uso neste texto para calcular os custos da ação ordinária.”

Portanto, considera inválido o argumento do recurso.

## PROTOCOLO: 385

Inscrição: 40.138804

Data de Envio: 21/08/2018 17:22

Questão: 37

Bibliografia: ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, Cesar Augusto Tiburcio. Administração do capital de giro. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RECURSO:

A questão de número 37, traz como alternativa correta a letra A, de forma que os itens I e III necessitariam estar corretas. No entanto, o item I apresenta problemas:

1. O ponto de equilíbrio é utilizado para determinar o nível de operações necessárias para cobrir a totalidade de custos, considerando custos fixos e variáveis, uma vez que a fórmula para obtenção do ponto de equilíbrio é:

Quantidade Total Produzida e Vendida= ((Custos e Despesas Fixos Totais)/(Preço Unitário-Custos e Despesas Variáveis por Unidade))

 Dessa forma o Ponto de Equilíbrio reflete a quantidade de unidades mínimas que a empresa precisa vender para não obter lucro e nem prejuízo (Assaf Neto, 2012). Nesse sentindo o resultado do ponto de equilíbrio em unidades ou em reais, não reflete o lucro. Para avaliar a lucratividade em diferentes níveis de vendas é necessário efetuar outros cálculos, que não o ponto de equilíbrio.

2. Em relação ao ponto de equilíbrio econômico, o qual considera o lucro mínimo requerido, a questão não deixa claro que está tratando dessa variação do ponto de equilíbrio, e mesmo que fosse, o resultado do cálculo reflete a quantidade de unidades ou valor de venda mínimo expresso em reais, não estando o resultado associado a diferentes níveis de venda.

Portanto, solicito a anulação da questão.

( ) DEFERIDO ( X ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

O argumento é inválido. Consultar a bibligrafia GITMAN (2010, p. 469) onde consta a seguinte afirmação: “Análise do ponto de equilíbrio (breakeven analysis), também conhecida como análise custo-volume-lucro, para determinar o nível de operações necessário para cobrir a totalidade dos custos e para avaliar a lucratividade associada a diferentes níveis de vendas”.

## PROTOCOLO: 387

Inscrição: 40.137087

Data de Envio: 21/08/2018 17:29

Questão: 37

Bibliografia: ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, Cesar Augusto Tiburcio. Administração do capital de giro. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RECURSO:

A questão de número 37, traz como alternativa correta a letra A, de forma que os itens I e III necessitariam estar corretas. No entanto, o item I apresenta problemas:

1. O ponto de equilíbrio é utilizado para determinar o nível de operações necessárias para cobrir a totalidade de custos, considerando custos fixos e variáveis, uma vez que a fórmula para obtenção do ponto de equilíbrio é:

Quantidade Total Produzida e Vendida= ((Custos e Despesas Fixos Totais)/(Preço Unitário-Custos e Despesas Variáveis por Unidade))

 Dessa forma o Ponto de Equilíbrio reflete a quantidade de unidades mínimas que a empresa precisa vender para não obter lucro e nem prejuízo (Assaf Neto, 2012). Nesse sentindo o resultado do ponto de equilíbrio em unidades ou em reais, não reflete o lucro. Para avaliar a lucratividade em diferentes níveis de vendas é necessário efetuar outros cálculos, que não o ponto de equilíbrio.

2. Em relação ao ponto de equilíbrio econômico, o qual considera o lucro mínimo requerido, a questão não deixa claro que está tratando dessa variação do ponto de equilíbrio, e mesmo que fosse, o resultado do cálculo reflete a quantidade de unidades ou valor de venda mínimo expresso em reais, não estando o resultado associado a diferentes níveis de venda.

Portanto, solicito a anulação da questão.

( ) DEFERIDO ( X ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

O argumento é inválido. Consultar a bibligrafia GITMAN (2010, p. 469) onde consta a seguinte afirmação: “Análise do ponto de equilíbrio (breakeven analysis), também conhecida como análise custo-volume-lucro, para determinar o nível de operações necessário para cobrir a totalidade dos custos e para avaliar a lucratividade associada a diferentes níveis de vendas”.

## PROTOCOLO: 259

Inscrição: 40.139733

Data de Envio: 20/08/2018 23:11

Questão: 39

Bibliografia: https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/GLOSSARIO/

RECURSO:

A questão é bem elaborada para as afirmativas I, II, III, IV.

Contudo, a afirmativa que se refere aos Swaps de taxa de juro ficou comprometida pela palavra ESTRUTURA.

Swaps de taxa de juros permitem que as empresas alterem seus indexadores (taxa DI, dólar e taxa de juros) de seus ativos/passivos e não a estrutura.

Estrutura de taxa de juro são fatores como risco e aplicação que compõem a taxa.

A palavra estrutura foi utilizada de maneira inadequada. O site do Banco Central do Brasil traz a denominação correta para a palavra Swap utilizando o termo "troca de rentabilidade" ou "indexador".

Diante do exposto, peço respeitosamente que o gabarito da questão seja revisto e alterado para a LETRA E, considerando a afirmativa V falsa.

( ) DEFERIDO ( X ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

Indeferido. Consultar bibliografia de referência, no GITMAN (2010, p. 706), onde o autor afirma que swaps de taxa de juros “permitem que as empresas alterem a estrutura de taxa de juros de seus ativos/passivos e possibilitam redução de custos com acesso a mercado mais amplo.” Bibliografia usada pelo autor do recurso não consta na lista de bibliografia do edital.